



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023-SEMSA/PMS

Processo Administrativo nº 1.275/2023 – SEMSA/PMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE, E DVM COMERCIAL LTDA EPP, PARA OS FINS
NELE DECLARADOS.

O **MUNICÍPIO DE SANTANA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.366.696/0001-86, situada na Avenida Santana, nº 2913, Bairro Paraíso – Santana/AP – CEP 68.928-060, neste ato representado por sua Secretária, **ITHIARA GUEDES DAS VIRGENS MADUREIRA**, investida no cargo por meio do Decreto Municipal nº 007/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, **DVM COMERCIAL LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.415.009/0001-53, situada na Avenida Iracema Carvão Nunes, nº 572, Centro – Macapá/AP – CEP 68.900-099, telefones (96) 3225-4453/(96) 3225-2919, endereço eletrônico comercial@dvmcomercial.com / manutencao@dvmcomercial.com, neste ato representada por **MARCOS IAN MATOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 418583, expedido pela PTC/AP, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.452.932-47, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Contrato Administrativo, sujeitando-se às normas da legislação em vigor e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente contratação rege-se pela Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Estadual nº 3.182/2016, Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2022-CL/PGM/PMS e seus anexos, Ata de Registro de Preços nº 007/2022-SEMSA/PMS, Processo Administrativo nº 1.275/2023-SEMSA/PMS, bem como demais legislações vigentes e aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato Administrativo tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração com cobertura total de peças dos equipamentos: **Microscópios Marca Olympus, CBA e Coleman**, pertencentes ao Divisão de Vigilância Ambiental, conforme as especificações e quantitativos previstos neste instrumento, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2022-CL/PGM/PMS e Termo de Referência e demais anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA, pelo presente Contrato, compromete-se a prestar os serviços conforme especificações contidas na Ata de Registro de Preços nº 007/2022-SEMSA/PMS, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 006/2022-CL/PGM/PMS, que foi aderida por esta Secretaria Municipal de Saúde:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QTD. EQUIP.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL (MENSAL)	QTD. TRIMESTRAL	QTD. ANUAL	VALOR TOTAL (TRIMESTRAL)	VALOR TOTAL (ANUAL)
1	MICROSCÓPIO ÓTICO	OLYMPUS	CBA	1	380	217,50	3	12	652,50	R\$ 2.610,00
2	MICROSCÓPIO ÓTICO	OLYMPUS	CX 31	8	380	2.783,33	3	12	8.349,99	R\$ 33.400,00
3	MICROSCÓPIO ÓTICO	OLYMPUS	CX 41	2	380	509,16	3	12	1.527,48	R\$ 6.110,00
4	MICROSCÓPIO ÓTICO	OLYMPUS	COLOMAN-LED	1	380	216,66	3	12	649,98	R\$ 2.600,00
VALOR TOTAL						3.726,65	TOTAL POR PERÍODO		11.179,95	44.720,00



3.2. Para efeitos deste contrato, conforme dispõem os itens 4.1 e 4.2 do Termo de Referência, considera-se Manutenção Preventiva aquela que visa manter os equipamentos dentro das condições de utilização, com o objetivo de reduzir as possibilidades de ocorrência de defeitos por desgaste ou envelhecimento de seus componentes; constituindo tais serviços em ajustes, regulagens, limpeza, lubrificação, testes, ajuste de partes mecânicas, elétricas ou eletrônicas, verificações, alinhamentos e tudo que se fizer necessário para manter e conservar os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento quanto à segurança e confiabilidade. Já manutenção corretiva são os serviços de reparos para eliminar defeitos ocorridos sob condições de utilização adequada dos equipamentos, bem como testes e ajustes após reparos para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos e os testes de segurança elétrica.

3.3. Todos os materiais a serem empregados no serviço deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser recondicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação do fiscal do contrato.

3.4. As peças danificadas deverão ser substituídas por outras do mesmo modelo, ou seja, peças de reposição originais, devidamente descritas nos orçamentos emitidos pela CONTRATADA.

3.5. A execução dos serviços será efetuada, preferencialmente, no local onde os equipamentos estão alojados, no horário de funcionamento das Unidades de Saúde e Centro de Especialidades Odontológicas.

3.5.1. Quando a obrigação não puder ser cumprida *in loco*, todas as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos correrão as custas da contratada, nos termos do item 5.6 do Termo de Referência.

3.5.2. A obrigação poderá ser cumprida em dias e horários não previstos (feriados, finais de semana ou fora de horário de expediente normal) nos casos que exigirem urgência.

3.6. As manutenções dos equipamentos ocorrerão conforme solicitação da CONTRATANTE.

3.6.1. As manutenções preventivas ocorrerão conforme cronograma de visitas elaborado pelo Fiscal, designado pela autoridade competente.

3.7. O controle das manutenções dos equipamentos deverá ser da seguinte maneira:

A) Manutenção Preventiva: A CONTRATANTE encaminhará mensalmente cronograma das visitas para a CONTRATADA, na qual informará data, horário e as Unidades que serão atendidas. Ao final de cada manutenção a CONTRATADA preencherá a Ordem de Serviço (OS) dos respectivos equipamentos que deverá ser assinada pelo Fiscal do Contrato, após acompanhamento da execução do serviço executado;

B) Manutenção Corretiva: A Direção da Unidade de Saúde fará solicitação formal, via telefone ou *e-mail*, contendo nome, modelo, patrimônio, nº de série e problema apresentado pelo equipamento para o Fiscal do Contrato, que fará a verificação da ficha controle do equipamento e encaminhará a CONTRATADA a solicitação de visita através de telefone ou *e-mail*.

C) A CONTRATADA terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para atender ao chamado, devendo, ao final, encaminhar relatório técnico junto as Ordens de Serviço.

3.8. O pagamento será realizado proporcionalmente a quantidade de serviços solicitados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pela CONTRATADA, após a devida certificação de que os serviços foram executados, a ser realizada pelo Fiscal deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo inicia em 10/05/2023 e termina em 09/05/2024, compreendendo 12 (doze) meses, admitindo prorrogação por iguais e sucessivos períodos, caso necessário, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Para efeito legal, o valor global deste Contrato Administrativo é de R\$ 44.720,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e vinte reais)

5.2. As despesas decorrentes deste Contrato Administrativo correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.02.06 - Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde



Projeto de Atividade: 10.305.0016.2680 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica

Ficha: 122

Ficha: 148

Natureza: 33.90.39 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 01.500 - TESOURO

Fonte de Recursos: 01.621 - ESTADO

5.3. Nos exercícios financeiros seguintes, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, mediante efetiva execução dos serviços, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, a contar do recebimento do competente documento fiscal, e será processado mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA e por ela informada, conforme dados abaixo, nos termos da legislação vigente:

Instituição Financeira: Banco do Brasil (001)

Agência: 4544-6

Conta Corrente: 41699-1

6.2. O pagamento também fica condicionado ao aceite e atesto por Servidor Fiscal/Comissão designado para esse fim, observadas todos os quesitos contidos neste contrato, bem como todas as retenções tributárias e/ou comprovação do recolhimento das contribuições sociais e comprovação da Regularidade Trabalhistas, e demais pertinentes para habilitação da CONTRATADA, quando for o caso;

6.3. Fica reservado à CONTRATANTE, o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou aceitação dos produtos ou serviços, forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas contidas no presente instrumento;

6.4. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujo valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança;

6.5. No caso de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição de excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição citada, nos termos da lei;

6.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente com a CONTRATANTE em desfavor da CONTRATADA. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

6.7. Não será permitido o pagamento antecipado referente a execução dos serviços deste contrato e seus anexos, conforme art. 62 e 63 da Lei nº 4.230/64;

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que, a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pela CONTRATANTE;

6.9. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidos neste instrumento e seus anexos, aplicando-se também a eventuais subcontratações referentes a prestação de serviços e aquisição de produtos, caso ocorra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução do presente Contrato Administrativo é o de preço unitário, *vide* cláusula 3.8 deste contrato.



CLÁUSULA OITAVA - DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1.** A CONTRATADA e/ou subcontratada deverá comprovar qualificação técnica por meio de Atestados de Capacidade Técnica ou Contratos, comprovando que já executou serviços de natureza compatível com objeto deste contrato, em quantitativo não inferior a 50% (cinquenta) por cento dos previstos neste instrumento e seus anexos;
- 8.2.** Licenciamento ou Autorização de Operação emitida por órgão estadual competente, referente aos serviços previstos neste instrumento e seus anexos, bem como quaisquer subcontratada que for prestar serviço referente ao contrato;
- 8.3.** Comprovação de que possui instalações e equipamentos para execução dos serviços, bem como quaisquer subcontratada que for prestar serviço referente ao contrato;
- 8.4.** Comprovação de que dispõe de responsável técnico competente para execução dos serviços, devidamente regularizado perante o órgão de classe, bem como quaisquer subcontratada que for prestar serviço referente ao contrato.

CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1.** A subcontratação, fusão, cisão ou incorporação, serão admitidas, desde que previamente informadas e com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, e desde que não afetem a boa execução do contrato, até 30% (trinta) por cento do valor total do contrato;
- 9.2.** A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento e nem se eximir da responsabilidade por falhas ou defeitos nos veículos e serviços prestados por seus subcontratados, devendo executar a correção do serviço e/ou substituição dos veículos de imediato, assegurando a garantia do serviço.
- 9.3.** A CONTRATADA só poderá subcontratar os serviços de instalação e montagem de produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Das obrigações da CONTRATANTE:

- 10.1.1.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas ao objeto deste contrato;
- 10.1.2.** Notificar por escrito a CONTRATADA a respeito de qualquer irregularidade constatada no serviço;
- 10.1.3.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a despesa;
- 10.1.4.** Realizar o aceite do serviço, fiscalizar e encaminhar para o procedimento de pagamento;
- 10.1.5.** Por intermédio da Divisão de Acompanhamento de Contratos e Convênios, comunicar a empresa CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas no serviço, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 10.1.6.** Indicar os Fiscais do Contrato.

10.2. Das obrigações da CONTRATADA:

- 10.2.1.** A CONTRATADA, deverá indicar, formalmente, no ato de assinatura deste contrato, representante legal devidamente credenciado, para desempenhar junto à CONTRATANTE, a gestão contratual, cabendo ao mesmo gerir todas as obrigações inerentes ao contrato e, ainda, ser o intermediário constante das comunicações entre as partes. A eventual substituição deste Agente Fiscalizador deverá ser comunicada, por escrito, à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos;
- 10.2.2.** Não suspender/paralisar, total ou parcialmente, o fornecimento por atraso inferior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ficando, no entanto, assegurado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação ou a rescisão contratual, caso a inadimplência supere esse prazo;
- 10.2.3.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todo e qualquer encargo de natureza social, trabalhista, previdenciário, fiscal, despesa com transporte, despesa com transporte, insumo, técnicos, logísticas, taxas e com pessoal;
- 10.2.4.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, à fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento;



10.2.6. Executar os serviços conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos;

10.2.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, os serviços realizados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital da licitação ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.9. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta de preços não seja satisfatório para o atendimento do objeto licitado e contratado, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93;

10.2.12. Possuir escritório no Município de Santana/AP, capaz de gerir satisfatoriamente a execução do contrato, devendo comprovar tal condição em até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato;

10.2.13. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMS e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.2.14. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro, por intermédio de sistema de comunicação;

10.2.15. Levar, imediatamente, ao conhecimento da Administração, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

10.2.16. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre os serviços prestados;

10.2.23. Comunicar, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações no contrato social, ou endereços, anexando os documentos comprobatórios das modificações ou da consolidação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

11.1. O prazo de garantia dos serviços prestados será de 90 (noventa dias), contados a partir da efetiva prestação dos serviços.

11.2. Durante o prazo de vigência da garantia, o fornecedor deverá atender aos chamados da Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para executar os serviços de assistência técnica dos produtos que apresentarem defeitos/vícios que os impeçam de funcionar perfeitamente, devendo o fornecedor emitir a Ordem de Serviços correspondente.

11.3. Os produtos que apresentarem defeitos/vícios após a execução do serviço deverão ser consertados pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviços, devendo ser entregues no local de onde foram retirados, sob pena de rescisão.

11.4. É vedado ao fornecedor cobrar pelos serviços de Assistência Técnica, durante o prazo de vigência da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Santana designará servidor específico para atuar como Fiscal do Contrato.

12.2. O Fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993.



12.3. O Fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução do Contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, apresentar documentação falsa, comporta-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal, descumprir quaisquer deveres deste instrumento e seus anexos, descumprir os prazos estipulados neste instrumento e seus anexos, seja por parte da CONTRATADA ou através de subcontratação, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades.

13.1.1. Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de cinco dias úteis que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

13.1.2. Multas que poderão ser descontadas das futuras vigentes ou recolhidas conforme orientação da CONTRATANTE:

13.1.2.1. 0,5% ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada à incidência de 15 (quinze) dias. Após o décimo-quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.1.2.2. 10% sobre o valor total do Contrato, após os 30 (trinta) dias de atraso injustificados;

13.1.2.3. 10% sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com demais multas;

13.1.2.4. 20% sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item 14.1.2.1, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.1.2.5. 30% sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

13.1.3. As multas por execução contratual imperfeita terão a seguinte gradação:

GRAU		CORRESPONDÊNCIA
01		Advertência Escrita
02		10% sobre o valor mensal a ser pago no mês da ocorrência
03		20% sobre o valor mensal a ser pago no mês da ocorrência
04		50% sobre o valor mensal a ser pago no mês da ocorrência
05		10% sobre o valor total do contrato
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Descumprir os prazos estipulados neste contrato e seus anexos (Por ocorrência).	03
02	Utilizar veículos em desacordo com as especificações (Por ocorrência).	02
03	Não atender as solicitações da CONTRATANTE quanto a prestação dos serviços demandados (Por ocorrência).	02
04	Suspender ou interromper os serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela CONTRATANTE (Por ocorrência).	02
05	Não substituir, imediatamente, o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE (Por ocorrência).	01
06	Acumular 02 (duas) advertências em um período de 06 (seis) meses (Por ocorrência).	02
07	Acumular 04 (quatro) advertências em um período de 12 (doze) meses (Por ocorrência).	03
08	Na hipótese de rescisão contratual por inexecução total ou parcial do Contrato.	05
09	Não apresentar relatórios ou documentação exigida da empresa ou dos profissionais previstas neste contrato e seus anexos (Por ocorrência).	02
10	Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado (Por ocorrência).	01



11	Não observar os padrões de segurança e de qualidade exigidos neste contrato e seus anexos (Por ocorrência).	02
12	Deixar de refazer serviços que não sejam aceitos pela CONTRATANTE (Por ocorrência).	04
13	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	05
15	Manter empregados sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia (Por ocorrência).	03
16	Permitir a presença de empregado sem uniforme, por empregado (Por ocorrência).	01
17	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização (Por ocorrência).	02
18	Utilizar dependências da SEMSA e suas vinculadas para outros fins, que não seja o objeto do contrato (Por ocorrência).	04
Para os itens seguintes, deixar de:		
19	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscal (Por ocorrência).	02
20	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
21	Deixar de cumprir os prazos para realização dos serviços e entrega, por dia.	04
22	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
23	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
24	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

13.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, no caso de falha ou fraude na execução do Contrato, ou cometimento de fraude fiscal.

13.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 9.784/1999.

13.3. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fazer jus.

13.4. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e judicialmente.

13.5. Se a CONTRATADA vencedora não comprovar as condições de habilitação no ato da contratação, não apresentar a documentação exigida para celebração do Contrato, ou recusar-se injustificadamente em firmar o instrumento de contrato em até cinco dias úteis da convocação, poderá ser convocado outra CONTRATADA, sucessivamente, desde que respeitada a ordem de classificação da licitação para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Consoante o previsto no art. 79 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, o contrato poderá ser rescindido:

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração;

14.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes;

14.1.3. Judicialmente, nos termos da lei.

14.2. O descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais por parte da CONTRATADA implica em rescisão contratual, sem prejuízo das sanções de multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

14.3. O procedimento da rescisão será sumário, facultada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de cinco dias úteis.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, portanto, devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo o caso previsto no art. 78, XV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Para dirimir qualquer dúvida que surgir durante a execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Santana, no Estado do Amapá, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. O presente Contrato deverá ser publicado, em resumo, no Diário Oficial do Município de Santana, no Diário Oficial do Estado do Amapá e no Diário Oficial da União no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do quinto dia útil do mês seguinte à sua assinatura, conforme manda o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por estarem justas e contratadas, as partes declaram aceitar todas as disposições firmadas, pelo que assinam este Contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam o mesmo efeito.

Santana, 10 de maio de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Ithiara Guedes das Virgens Madureira
CONTRATANTE

DVM COMERCIAL LTDA EPP
MARCOS IAN MATOS DE OLIVEIRA
CONTRATADA

CPF:

TESTEMUNHA 1

CPF:

TESTEMUNHA 2